

JORNAL HOJE DA GLOBO MOSTRA A INSEGURANÇA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

O 'Jornal Hoje' da TV Globo destacou no programa exibido dia 25/05 o grande descaso com a segurança em Universidades Federais do país. Cinco estados foram visitados e o Piauí, é claro, não podia ficar de fora. A Universidade Federal do Piauí foi colocada como uma das mais inseguras, com ruas escuras e falta de policiamento. Os alunos reclamam que o posto da Polícia, que deveria proteger os alunos no campus, está desativado há um ano. Alunos do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) reclamam da escuridão durante a noite. Os estudantes que moram em alojamentos no campus não saem mais à noite com medo da violência.

Registre-se, bem a propósito, que existem hoje, na Superintendência da Polícia Federal, Inquiridos Policiais em razão dos delitos criminais de roubo, furto e apreensão de entorpecentes no Campus Petrônio Portella. A ADUFPI, em muito breve, irá representar junto aos órgãos de controle por inobservância do dever de cuidar. É fundamental igualmente ressaltar que a segurança da UFPI encontra-se de prontidão para policiar a manifestação de ontem no CCHL, mas não para impedir todos os delitos já

ASSEMBLEIA APROVA REPRESENTAÇÃO CONTRA A UFPI

A assembléia geral extraordinária realizada dia 27/05 no auditório da ADUFPI aprovou a suspensão da posse do atual conselho fiscal até que a ADUFPI faça uma assembléia pautando a discussão que professores com cargo de livre nomeação e exoneração do reitor não possam participar de cargos de direção e conselho fiscal da ADUFPI. Também foi aprovado que a entidade iria entrar perante o Ministério Público Federal com uma representação preventiva contra a Universidade Federal do Piauí a fim de que todos os professores, em avaliação de estágio probatório, tenham acesso ao seu processo administrativo. A assembléia anterior (20/05/11) tinha aprovado uma ação pela nulidade da portaria.

Quanto a questão da exoneração do professor Kilpatrick, foi quase unanimidade a solidariedade dos presentes ao professor, exceto o professor Newton Freitas, que afirmou que o professor Kilpatrick é um ex-docente. O referido professor fez um relato da sua exoneração, demonstrando através de documentos a ilegalidade e o autoritarismo do ato do reitor.

Entre no link abaixo e veja o video com relato do professor Kilpatrick:

http://www.youtube.com/watch?v=ocNTNQf3Bi8&feature=player_embedded

notificados à Polícia Federal. É imperioso declarar ainda que há uma subnotificação dos incidentes de furto e roubo, principalmente no Centro de Ciências Agrárias. Significa dizer que, seguramente, os ilícitos, se fossem informados, seriam em muito maior número, o que comprova o descaso do reitor com a segurança dos alunos e servidores docentes e técnico-administrativos e com o patrimônio da UFPI. Dinheiro para a construção de um portal discutível existe, mas não para tratar da segurança do Campus. Esse problema, aliás, não existe apenas no Campus de Teresina, vez que os outros campi também sofrem com falta de segurança.

O posto da polícia responsável pela segurança do centro está fechado há mais de um ano. "Aqui à noite nós vamos para os alojamentos e ficamos com medo por conta da falta de policiamento no campus", diz o estudante Euriglaucio Mendes Vieira.

Para assistir ao vídeo entre no link:

<http://g1.globo.com/videos/jornal-hoje/v/estudantes-com-vivem-com-medo-de-assaltos-nas-universidades/1518418/>

ADUFPI SOLICITA AFASTAMENTO DE PRÓ-REITOR

A ADUFPI solicitou, ao Reitor Luiz Júnior, através de ofício, a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PDA) contra o atual pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFPI, Saulo Cunha de Serpa Brandão, para apurar as faltas praticadas na época em que ele era presidente da COPESE. Além disso, solicitou, também, que ele fosse afastado do cargo durante o andamento do PDA. A Entidade já tinha se manifestado no ano de 2009 acerca da mesma solicitação, no entanto a reitoria ignorou o pedido, sem dar nenhuma justificativa. E se não bastasse, o reitor promoveu o senhor acima citado ao cargo de Pró-Reitor. Passados dois anos, a Justiça Federal do Piauí, acatando a recomendação do Ministério Público Federal, instaurou um processo contra o Pró-Reitor por improbidade administrativa praticada à época em que ele era presidente da COPESE.

EXPEDIENTE:

Diretoria da ADUFPI gestão 2010/2012

Presidente MÁRIO ÂNGELO DE MENESES SOUSA, 1º Vice-Presidente JOAQUIM VAZ PARENTE, 2º Vice-Presidente GLAUCO LIMA RODRIGUES, Secretário Geral LEONARDO FERREIRA SOARES, 1º Secretário LUIZ EGITO DE SOUZA BARROS, Diretor Financeiro EDMILSON MIRANDA DE MOURA, 1ª Tesoureira MARIA DO SOCORRO LEITE GALVÃO, Diretora Acadêmica e Cultural MARIA MARLÚCIA GOMES PEREIRA, Diretor de Relações Sindicais DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO, Diretor de Imprensa e Divulgação MAGNUS MARTINS PINHEIRO, Diretor Adm. da Sede Social MÁRIO LÚCIO DA COSTA FERREIRA, Diretor de Esportes JOÃO BOSCO SÉRVIO FILHO

Av. Petrônio Portela, 391, Ininga, Teresina-PI, Fone/FAX: 86 3233-1110
E-mails: secretaria@adufpi.org.br/presidencia@adufpi.org.br

COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA MOBILIZA-SE CONTRA DESMANDOS NA UFPI

A Assembleia Universitária foi realizada na tarde do dia 31 de maio, em frente à Reitoria. Com a presença de centenas de alunos, professores, técnico-administrativos e representantes de Movimentos sociais. As manifestações ocorreram de forma pacífica e organizada. Mesmo assim, a administração superior fez uma barricada de seguranças em frente à porta de entrada da Reitoria.

A Assembleia foi convocada a fim de discutir os problemas enfrentados pelas três segmentos que compõem a Universidade Federal do Piauí. Os pontos de pautas discutidos foram os seguintes:

> Utilização de Processos Administrativos Disciplinares para intimidar e chantagear professores e técnico-administrativos. As comissões são escolhidas ao livre arbítrio do reitor, sem atender a qualquer critério e muitas vezes o processo inquisitório corre à inteira revelia dos processados, o que constitui grave afronta aos direitos do cidadão, e, especialmente, grande descompasso com o ambiente democrático que as universidades exigem.

> Prevaricação. Por proteção indevida, pelo reitor e por alguns de seus subordinados ocupantes de cargo de livre exoneração e nomeação, de autores de condutas irregulares após tomar ciência em caráter formal.

> Abusiva Terceirização. A contratação abusiva de terceirizados para cargos de assistentes e auxiliares administrativos, proibida pela lei 11.091/2005 que criou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

> Constante afronta ao Regimento Geral e ao Estatuto da UFPI. O que se expressa de diferentes maneiras, como, por exemplo, por meio da indicação de diretores pro tempore e da exaustiva e abusiva utilização de avocações e de decisões ad referendum, a atropelar as decisões colegiadas.

> Descumprimento constante de Recomendações do Ministério Público Federal. Como por exemplo, o MPF recomendou a previsão, nos editais de todos os processos seletivos e concursos públicos realizados pela UFPI, da possibilidade da interposição de recursos administrativos, em todas as etapas do certame. O MPF também determinou a publicação de todos os documentos a garantir o princípio da publicidade, o que continua a inexistir, porque não é possível encontrar sequer os atos da reitoria na página da UFPI.

> Exoneração arbitrária e ilegal do prof. Kilpatrick (Letras/CCHL). O professor não teve direito à ampla defesa e ao contraditório. O reitor deu início ao processo e o findou, sem conceder o direito de o professor ter ciência da existência do processo.

> Jubilamento de estudantes sem observância da ampla defesa e do contraditório: O reitor impediu a matrícula de milhares de estudantes, sem ouvi-los, quando, em verdade, o problema da evasão se deve, em larga medida, à ausência da oferta de disciplinas de forma regular.

ADUFPI SOLICITA EXPLICAÇÕES ÀS DIREÇÕES DOS CAMPI E AO REITOR

A ADUFPI solicitou ao Reitor Luiz de Sousa Santos Júnior e ao Diretor do Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba), José Duarte Baluz explicações sobre a inexistência de chefes e subchefes de departamento dos sete novos cursos da expansão. Solicitou também a representação docente, no Campus, com representantes eleitos pelas assembleias departamentais.

Casos parecidos acontecem nos Campus Senador Helvídio Nunes (Picos) e Amílcar Ferreira Sobral (Floriano). No primeiro a ADUFPI solicita explicações ao Reitor e a Diretora do Campus, Hercília Maria Lins Rolim Santos, sobre a inexistência de representação docente nos nove cursos no Conselho Departamental. No segundo caso o Campus de Floriano não existe Conselho Departamental, as solicitações foram enviadas para o Reitor e ao Diretor do Campus, Edson Cavalcanti da Silva Filho.

A ADUFPI espera explicações e que as devidas correções sejam feitas.

MP 520 CADUCA NO CONGRESSO

A paralisia da base aliada diante da crise que envolveu o ministro da Casa Civil e a tática da oposição de esvaziar as votações no Congresso Nacional acabaram por impor uma derrota a um dos projetos do Governo Dilma, a MP 520. A proposta previa entrega da administração de hospitais universitários a grupos privados.

Esta Medida Provisória, editada no apagar das luzes do governo Lula, previa a criação de Fundações Públicas de Direito Privado para administrar os hospitais universitários. Se fosse aprovada poderia ser a ponta do iceberg de toda uma política de privatização da gestão nos serviços públicos.

Eixos da Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais:

> Política salarial permanente com reposição salarial; Valorização do salário base e incorporação das gratificações;

> Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores;

Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve;

> Retirada dos PLPs, MPs e decretos contrários aos interesses dos SPFs;

> Cumprimento por parte do governo dos acordos firmados;

Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;

> Definição da data-base em 1º de maio.

Índice de reajuste salarial emergencial

> Incorporação das gratificações ao salário, valorizando o vencimento efetivo.